

Brasília duplicada

ANA MARIA CAMPOS
E FÁBIO LÓIS

DA EQUIPE DO CORREIO

Os mapas não deixam dúvidas. Estudos da Universidade de Brasília baseados em fotos feitas por satélite mostram a existência um imenso conglomerado urbano que ultrapassa as fronteiras do Distrito Federal e se expande horizontalmente, de forma contínua, em municípios do Entorno.

Segundo o levantamento do Departamento de Geografia da UnB, a área urbana do DF cresceu 80,58% de 1990 a 2000. São 72.298 hectares onde vive uma população de 2.043.100 habitantes, se considerarmos apenas os limites geográficos. Mas as manchas populacionais indicam que pelo menos 2,6 milhões de cidadãos têm seu dia-a-dia interligado à capital do país.

Técnicos do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (Ciga), do Departamento de Geografia da UnB, estudaram como ocorreu a ocupação territorial do DF. Com uma análise das figuras ao longo de quatro décadas — o último deles foi concluído no ano passado —, os pesquisadores observaram que, entre 1990 e 2000, a mancha urbana no Distrito Federal aumentou em uma velocidade espantosa. Brasília praticamente dobrou de tamanho em dez anos.

Se a área urbanizada do DF saltou de 40 mil para 72 mil hectares, a população cresceu 34,77% no mesmo período. Aos 43 anos, Brasília tem o sexto maior contingente populacional do país, segundo dados de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse quesito perde apenas para cidades seculares como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Fortaleza.

O professor Rafael Sanzio, coordenador do Ciga, acredita que o Distrito Federal é uma metrópole, ligada a municípios do Entorno diretamente dependentes da capital, como Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Planaltina de

Goiás e Formosa.

Somadas as populações de todos esses municípios, Brasília é considerada no ranking a 3ª maior cidade do país, quanto ao número de habitantes, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, os dois maiores pólos urbanos do Brasil. "Não é mais possível pensar em Brasília sem considerar as cidades conurbadas", sustenta Sanzio, doutor em Informações Espaciais.

Áreas agrícolas

Uma das consequências imediatas da explosão urbana é o desaparecimento de áreas rurais. Nas colônias agrícolas Samambaia e Vicente Pires, que deveriam abrigar apenas chácaras, a urbanização mudou a paisagem rural da região Sudeste do DF. A aposentada Nadir Pereira Duarte, 75 anos, é um típico morador antigo da colônia agrícola Samambaia, quando o Cerrado ainda era predominante ao longo da Estrada Parque Taguatinga-Guará.

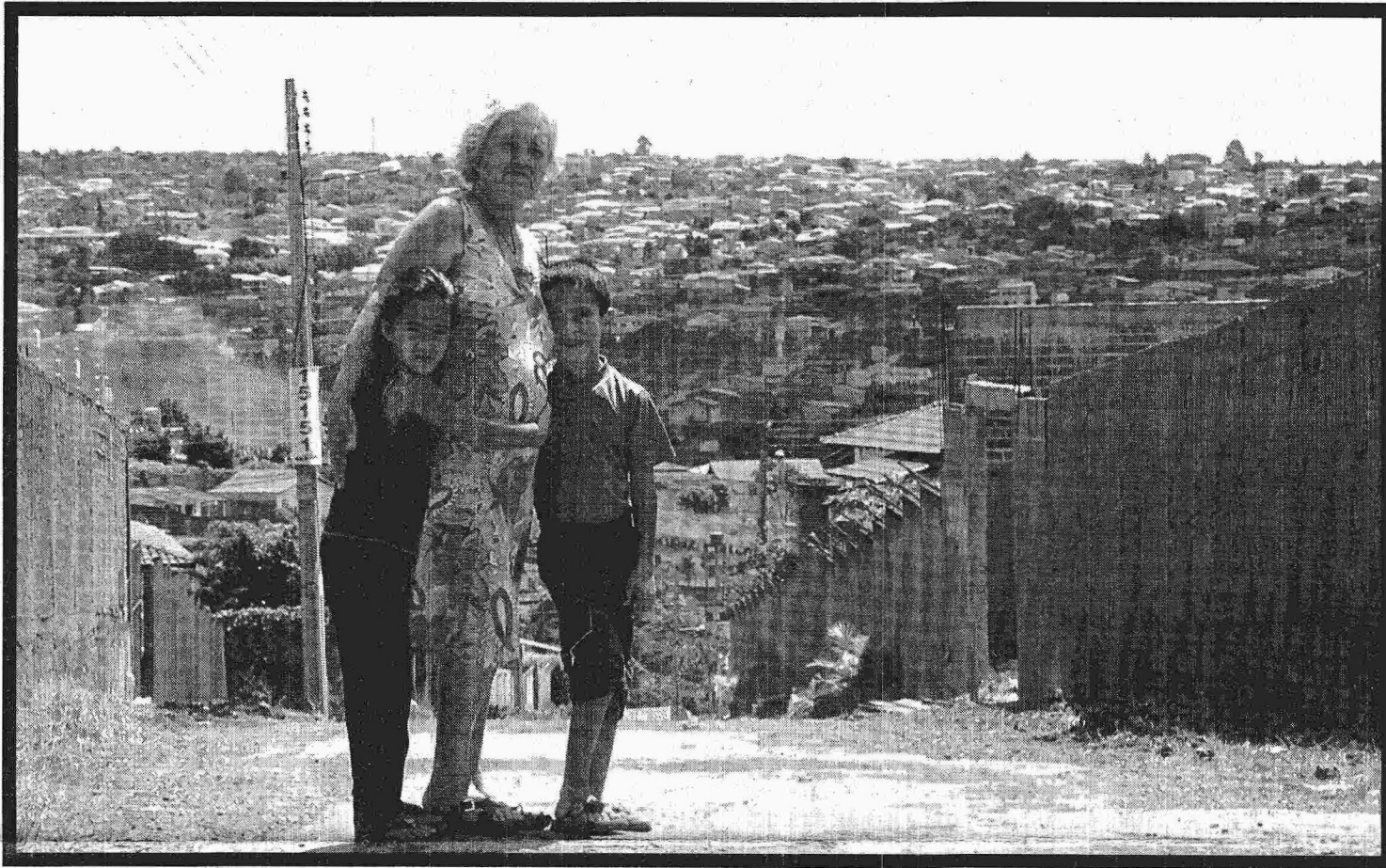
Quando chegou em 1968 com o marido e os 11 filhos, dona Nadir plantava e vendia mandioca, milho, feijão e arroz. Hoje, 35 anos depois, planta para a subsistência da família. "Isso aqui cresceu igual a uma panela de pipoca. Colocou um milho dentro e de repente ficou tudo cheio", brinca, numa alusão ao número de casas na colônia agrícola.

Nadir observou que a região começou a crescer mais nos últimos dez anos. Ela cita casos de moradores que lotearam as chácaras onde moravam para a criação de pequenos condomínios.

A família da aposentada resiste à especulação imobiliária. Mas ao invés de plantar para vender, os filhos investiram em diversão. Eles construíram um espaço coberto para aluguel de festas. E começam a deixar a vida rural de lado.

Em uma conjuntura de crescimento urbano acelerado, a discussão sobre o futuro do Distrito Federal passa pela execução de programas habitacionais. A criação de loteamentos

Acacio Pinheiro



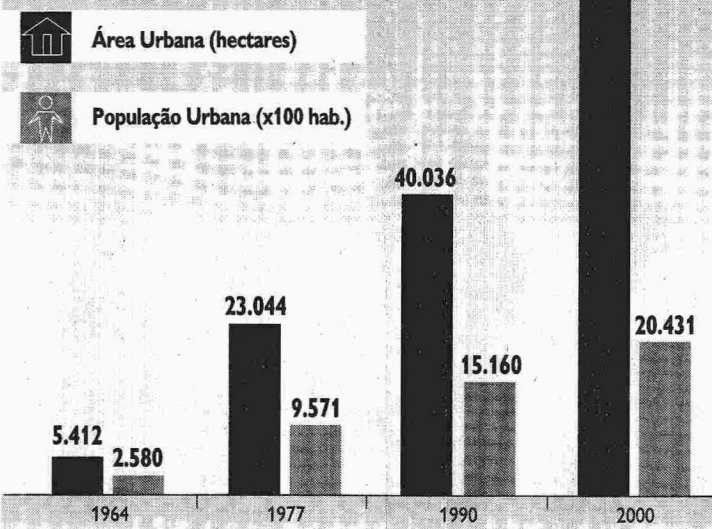
NADIR PEREIRA DUARTE LIMITOU A ATIVIDADE AGRÍCOLA COM A EXPANSÃO URBANA DA COLÔNIA SAMAMBAIA: "ISSO AQUI CRESCEU IGUAL A UMA PANELA DE PIPOCA"

“O PROBLEMA (DO CRESCIMENTO URBANO) FOI A FALTA DE CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS AO LONGO DO TEMPO”

Ivelise Longhi, secretária de Habitação

A EXPLOSÃO URBANA

A evolução da superfície e da população urbana no Distrito Federal.



como Taquari e Catetinho, por exemplo, sofrem ressalvas. A arquiteta Tânia Batella, coordenadora da Comissão de Políticas Urbanas do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), seção DF, entende que não é preciso aumentar a área urbana, mas sim habitar as projeções desocupadas do Plano Piloto e de outros bairros. "Criar novas áreas urbanas é errado. O governo deveria aplicar o Estatuto das Cidades em lotes subutilizados por meio de instrumentos jurídicos. É preciso determinar que imóveis urbanos exerçam sua função

social", defende.

A secretária de Habitação, Ivelise Longhi, contesta que a ocupação de Brasília foi desordenada. "Em 1977, todos os programas lançados incentivaram a ocupação no Sudeste do DF (Taguatinga, Gama, Ceilândia e Samambaia). O problema foi a falta de continuidade das políticas habitacionais ao longo do tempo", afirma. Ivelise diz que a secretaria quer evitar o crescimento em condomínios irregulares criando alternativas habitacionais em outras áreas, como o Catetinho.

Condôminos reagem

Os moradores dos condomínios irregulares no Distrito Federal preparam uma contra-ofensiva ao discurso do presidente da Terracap. Eri Varela defende a licitação como a saída para a legalização dos loteamentos em terras públicas. "Ninguém discute a legalidade da concorrência pública, mas a saída é ilegítima e imoral. O governo não agiu quando deveria", afirma Alexandre Moraes Repinaldo, um dos coordenadores do Movimento Morar Legal.

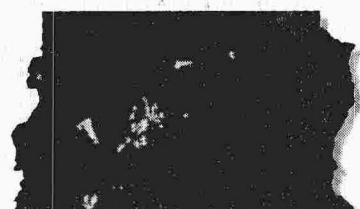
De início, a estratégia da entidade é sensibilizar o governador Joaquim Roriz (PMDB). "Entre 20% e 25% da população de todo o DF mora em condomínios. Gente que recorreu aos loteamentos por falta de opções de moradia", acrescenta Repinaldo. O Moral Legal está convocando os condôminos para uma manifestação em frente ao palácio do Buriti, no próximo dia 28.

Deputados distritais encampam a briga. "A omissão do poder público e as ações de alguns órgãos, ao conceder certificados de regularização e alvarás de construção, estimularam a proliferação dos condomínios", observa o distrital Augusto Carvalho (PPS). Na próxima quinta-feira, às

14h, o auditório da Câmara Legislativa sediará o debate Condomínios — Alternativas para Regularização. São esperados o presidente da Terracap, Eri Varela, e representantes do Ibama-DF, do Tribunal de Contas do DF e do Ministério Público.

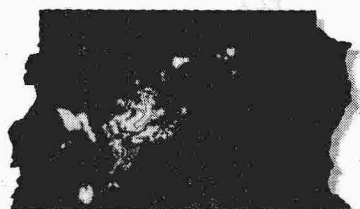
Antes da regularizar, é preciso saber a situação de cada condomínio. Estudo publicado ontem pelo Correio mostrou que dos projetos de regularização para 130 condomínios enviados pelo Executivo ao Legislativo, e aprovados pelos distritais, nenhum foi acompanhado de estudos técnicos e 70% deles sequer definia a área ou localização. Na maioria, não havia também detalhes sobre a situação fundiária.

Por causa das falhas na aprovação das leis, a Terracap está reavaliando todos os processos de regularização. Eri Varela determinou uma operação pente-fino para identificar quais condomínios podem ser regularizados. E reafirma que não serão regularizados condomínios que só existem no papel. A Terracap garante que até 2 de julho define quais condomínios estão em condições de regularização. (Marcelo Rocha)



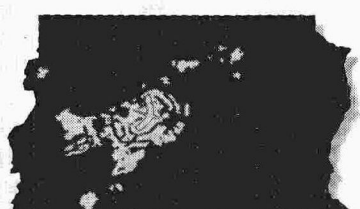
1964

A área urbana do DF é de 5.412 hectares para uma população de 258 mil habitantes. As manchas urbanas são esparsas, pela baixa ocupação pulverizada no território.



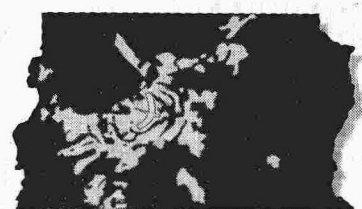
1977

A capital passa pela primeira explosão urbana, quando a cidade se firma. É o início da especulação imobiliária. Começa o crescimento de bairros como Lago Sul, Guará II, e a ocupação de áreas como Ceilândia e Lago Norte.



1990

O ano marca uma nova fase do processo de expansão urbana do centro, o Plano Piloto, e das áreas vizinhas, como Sobradinho, Gama, Guará e Núcleo Bandeirante. É também o início da proliferação de loteamentos irregulares.



2000

O espaço urbano é 13 vezes maior que em 1964. A estrutura espacial ultrapassa as fronteiras do DF, que se transforma em um conjunto urbano com problemas semelhantes aos das metrópoles do país, principalmente quanto ao meio ambiente.